



Imprimir



Fale Conosco

Zoom+
Zoom-Edições
Anteriores

Busca

ANO VII - Número 71
Brasília, 10/10/2011

Mulheres em Pauta

STF: decisão histórica I

"É um dia histórico para as mulheres brasileiras". Afirmou a ministra Iriny Lopes, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, no dia 24 de março, a constitucionalidade da Lei Maria da Penha (11.340/06), ao negar o *habeas corpus* impetrado pela Defensoria Pública da União (DPU). O HC questionava o artigo 41 da legislação, que diz que os agressores enquadrados na legislação não podem recorrer à Lei 9099/95, que concedia o benefício da suspensão do processo por dois anos e seu arquivamento, caso o réu não voltasse a ameaçar a vítima. Na audiência do STF, além da ministra Iriny Lopes, compareceram as senadoras Marta Suplicy, Ana Rita, Ângela Portela e as deputadas Janete Rocha Pietá, Jô Moraes, Rosinha do Adefal. A Procuradoria Geral da República, representada pela subprocuradora Débora Duprat, apresentou parecer pelo indeferimento do HC, ressaltando que o Brasil demorou muito a apresentar uma lei específica de proteção à mulher "foi o 18º país da América Latina". Também argumentou que após dez anos de existência da Lei 9099/95 foi possível constatar que 70% dos casos enquadrados nesta legislação eram de infrações penais cometidas contra a mulher no âmbito doméstico. Ela frisou as responsabilidades do Brasil, que é signatário de diversas convenções internacionais, principalmente, a de Belém do Pará. Primeira convenção de direitos humanos a reconhecer que a violência doméstica contra a mulher é problema generalizado. Duprat lembrou que a lei foi criada após a denúncia feita pela própria Maria da Penha Maia Fernandes à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que estabeleceu diversas recomendações ao Brasil, destacando essencialmente a justiça ineficaz no país e sugerindo a adoção de medidas que cessassem a violência contra as mulheres.



STF: decisão histórica II

O relator do HC, ministro Marco Aurélio, ressaltou que a Constituição Federal prevê, em seu artigo 226, que a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. "O parágrafo 8 deste artigo, diz que é dever do Estado assegurar a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações", justificou o relator. Isto significa que a Lei Maria da Penha concretiza o previsto no texto constitucional, como instrumento jurídico eficaz para combater a violência doméstica. Para Iriny Lopes, o julgamento do HC pelo STF, "anuncia mais um passo decisivo e positivo rumo à conclusão da discussão sobre a constitucionalidade do artigo 41 da Lei Maria da Penha". Na condição de relatora da lei na Comissão de Constituição e Justiça, quando ainda era deputada federal, Iriny disse que as opiniões expressas pelos ministros da Suprema Corte Brasileira, seguindo o voto do relator Marco Aurélio Mello, "confirmam com fidelidade a intenção do

AGENDA

Seminário

Para homenagear a socióloga Elisabeth Souza-Lobo e lembrar os 20 anos de sua morte, no dia 8 de abril se realiza o Seminário "Trabalho, Dominação e Resistência - revisitando a obra de Beth Lobo". Na ocasião, o debate vai girar em torno da obra homônima da socióloga e militante, que se debruçou sobre o estudo de gênero e trabalho desde o início da década de 1980. A abertura é a partir das 9h30 no Centro Universitário Maria Antonia - USP (Rua Maria Antônia, 294 - Vila Buarque, São Paulo). A discussão do seminário é baseada nos eixos da sociologia do trabalho e do gênero, além da formação de jovens pesquisadoras, com a apresentação de pesquisas recentes que utilizam conceitos como a divisão sexual do trabalho em ramos incipientes no Brasil. Durante o evento, Elisabeth Lobo vai ser homenageada com o lançamento de "A Classe operária tem dois sexos - trabalho, dominação e resistência", uma

legislador. Esse foi mais um passo para resguardar a lei, salvar a vida e a dignidade de milhares de mulheres e na construção de uma cultura de paz, baseada na igualdade entre homens e mulheres". Durante o julgamento do HC, os ministros defenderam que a Lei Maria da Penha tutela a dignidade da pessoa humana e que é necessário analisar a intenção do legislador e não a individualização da pena. Reforçaram que apesar das leis terem sido alteradas, o preconceito e a discriminação permanecem presentes na sociedade. Para eles, a violência dentro de casa é silenciosa e a reincidência para esses crimes é a regra e não a exceção.

Vitória da Lei Maria da Penha

Logo que saiu o resultado do julgamento do artigo 41 da Lei Maria da Penha, no STF, a ministra Irimy Lopes divulgou nota sobre o assunto. [Leia a íntegra da nota](#)

Rede Cegonha I



Foto: Lena Azevedo

A presidenta Dilma Rousseff e o ministro Alexandre Padilha, da Saúde, lançaram no dia 28 de março, em Belo Horizonte (MG), a Rede Cegonha. A ministra Irimy Lopes, da SPM, também participou da cerimônia. O programa é composto por um conjunto de medidas para garantir a todas as brasileiras, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), atendimento adequado, seguro e humanizado desde a confirmação da gravidez, passando pelo pré-natal e o parto, até os dois primeiros anos de vida do bebê. As medidas previstas na Rede Cegonha - coordenadas pelo Ministério da Saúde e executadas pelos Estados e Municípios, que deverão aderir às medidas -, abrangem a assistência obstétrica (às mulheres), com foco na gravidez, no parto e pós-parto como também a assistência infantil (às crianças). A presidenta Dilma definiu a Rede Cegonha como um dos programas de expansão do Sistema Único de Saúde. "Ela faz parte de um compromisso que eu assumi com a qualidade da saúde no país", afirmou. "Nosso esforço é continuar ampliando o acesso à saúde em um sistema de alta qualidade. E o SUS começará a medir a qualidade dos serviços que presta pelas ações da Rede Cegonha, direcionadas às mães e aos bebês", completou a presidenta.

coletânea com artigos e ensaios, produzidos entre os anos de 1982 e 1991, ano de sua morte. [Veja a programação](#)

ACONTECEU

Mulheres cidadãs I

Dando continuidade às comemorações do Dia Internacional da Mulher, celebrado no último dia 8 de março, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) entregou, nesta terça-feira (29/03), dez diplomas Mulher-Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro. As contempladas com o prêmio foram: a enfermeira Iraci do Carmo de França; a jornalista Madalena Guilhon; a prefeita de São Gonçalo, Aparecida Panisset; a secretária municipal dos Direitos da Mulher de Teresópolis, Norma Suely Gomes dos Santos; a especialista em segurança pública Rita de Cássia Lima Andrea; a professora Rosana da Silva Rosa; a ex-vereadora do município de Niterói, Sonia Maria Saturnino Braga Santos; a conselheira da comunidade do Morro dos Macacos, em Vila Isabel, Thérphila dos Santos Alves Castro; a fonoaudióloga Verena Bernini e a coordenadora executiva da Ong feminista Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh),

Rede Cegonha II

A Rede Cegonha contará com R\$ 9,397 bilhões do orçamento do Ministério da Saúde para investimentos até 2014. Estes recursos serão aplicados na construção de uma rede de cuidados primários à mulher e à criança. "Estamos colocando nesta rede não só recursos financeiros, mas também, toda a força do SUS com o objetivo de priorizar os cuidados às mulheres e às crianças do Brasil", destacou o ministro Alexandre Padilha. A meta é levar as ações a todo o país. Inicialmente, o cronograma de implantação da rede priorizará as regiões da Amazônia Legal e Nordeste - que têm os mais altos índices de mortalidade materna e infantil - e as regiões metropolitanas, envolvendo a maior concentração de gestantes. "Vamos acompanhar a implementação das ações em todo o Brasil porque não podemos e não vamos tolerar o mau uso dos recursos da saúde", reforçou o ministro Padilha.



Rede Cegonha III

Gestantes - A Rede Cegonha terá atuação integrada com as iniciativas voltadas à saúde da mulher no SUS, com foco nas cerca de 61 milhões de brasileiras em idade fértil. Nos postos de saúde, será introduzido o teste rápido de gravidez. Confirmado o resultado positivo, será garantido um mínimo de seis consultas durante o pré-natal, além de uma série de exames clínicos e laboratoriais. A introdução do teste rápido, inclusive para detectar HIV e sífilis, será uma novidade, que reforça o diagnóstico precoce e a adesão ao tratamento. Desde a descoberta da gravidez até o parto, as gestantes terão acompanhamento e saberão, com antecedência, onde darão a luz. As grávidas receberão auxílio (vale-transporte e vale-táxi) para se deslocarem até os postos de saúde para realizar o pré-natal e à maternidade na hora do parto. O programa também prevê a qualificação dos profissionais de saúde que darão assistência adequada às gestantes e aos bebês.



Rede Cegonha IV

Nos dois primeiros anos de vida, a Rede Cegonha dará atenção integral à saúde da criança, desde a promoção do aleitamento materno até a oferta de atendimento médico especializado para eventuais necessidades. Outra ação prevista, será equipar as unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu Cegonha) para o transporte seguro do recém-nascido. A Rede Cegonha contará com campanhas públicas nas escolas (de nível médio e superior) e também com ações de mobilização da sociedade sobre a importância da educação sexual e reprodutiva, bem como do aleitamento materno.



"A mudança começa com elas"

Esse é o título da matéria da revista Marie Claire, da edição de abril, sobre as nove ministras do governo de Dilma Rousseff. Clique nos nomes para conferir a entrevista de cada ministra:

Iriny Lopes, Política para as Mulheres

Tereza Campello, Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Miriam Belchior, Planejamento, Orçamento e Gestão

Schuma Schumacher.

A deputada e presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Alerj, Inês Pandeló, aproveitou a solenidade para fazer uma homenagem póstuma à primeira dama do município de Mesquita e secretária de Assistência Social e Trabalho do município da Baixada Fluminense, Cássia Valéria Marques Furtado. Também participaram da solenidade a deputada Claise Maria Zito (PSDB); a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RJ), Margarida Pressburger; a superintendente da Superintendência de Direitos da Mulher da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio, Cecília Teixeira Soares; a juíza do Primeiro Juizado de Violência Doméstica da capital, Ane Cristine Schele, e a Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Susana Cabral, representando a ministra da SPM, Iriny Lopes.



Debate na OAB

Na tarde de 26 de março, a Comissão da Mulher Advogada da OAB-SP debateu a reforma política. Na mesa, além da ministra Iriny Lopes, estavam a senadora Marta Suplicy e a deputada federal Luiza Erundina. "Os partidos serão testados nessa

Maria do Rosário, Direitos Humanos
Izabela Teixeira, Meio Ambiente
Ideli Salvatti, Pesca e Agricultura
Ana de Hollanda, Cultura
Helena Chagas, Comunicação
Luiza Bairos, Promoção da Igualdade Social



Mulher e sua importância



Roberto Stuckert

Ao longo do mês de março, o Blog do Planalto publicou posts em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, ocorrido no último dia 8. Durante a abertura da exposição 'Mulheres, artistas e brasileiras', a presidenta Dilma Rousseff informou que, pelo fato de a data ter caído no feriado de Carnaval, decidiu que a mulher no Brasil teria um mês de homenagens. Em alusão à data, a presidenta e as ministras deram declarações sobre a mulher e sua importância no contexto atual. Leia as declarações:

"A força dessas transformações permitiu que vocês, o povo brasileiro, tivessem uma nova ousadia: colocar, pela primeira vez, uma mulher na Presidência do Brasil. Para além da minha pessoa, a valorização da mulher melhora nossa sociedade e valoriza a nossa democracia", **Dilma Rousseff**, presidenta da República.

"É um momento de oportunidades para que as políticas para as mulheres sejam aprofundadas, para que homens e mulheres enxerguem que as mulheres podem sim, têm competência sim, têm capacidade sim", **Iriny Lopes**, ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

"Tem sido uma longa caminhada. No tempo da minha avó, as mulheres começaram a votar. Avançamos tanto que, hoje, tenho orgulho de trabalhar no governo da primeira presidenta eleita do Brasil. Espero que, quando vierem minhas netas, já tenhamos percorrido todo o caminho rumo à uma sociedade de iguais, em que homens e mulheres sejam parceiros", **Helena Chagas**, ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social.

"A sensibilidade, como uma característica natural da mulher, tem contribuído muito para o enriquecimento das nossas artes e da cultura", **Ana de Hollanda**, ministra da Cultura.

"O nosso principal desafio diante das mulheres brasileiras é que elas percebam que estamos aqui, ao lado da presidenta Dilma Rousseff, e que trazemos os sentimentos, desejos e competência que as caracterizam em todos os lugares do Brasil que elas estão", **Maria do Rosário**, ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos.

"Que o marco da eleição da primeira mulher presidenta do país possa impulsionar o avanço de direitos, de novas conquistas e a superação definitiva de qualquer forma de preconceito e violência contra as mulheres", **Tereza Campello**, ministra do Desenvolvimento Social e

reforma política que está em discussão no Congresso. Há uma coisa primordial para que as eleições tenham de fato condições de igualdade: o financiamento público de campanha. Além disso, queremos que as listas sejam alternadas, com uma mulher e um homem. Esse é o desafio, o teste que se coloca para as instituições partidárias, que são as que definem as candidaturas", disse a ministra Iriny.



Contratação de mulheres

Para sensibilizar seus parceiros sobre a importância de contratar mais mulheres e promover ações que possibilitem a equidade de gênero nos cargos de chefia, a rede Walmart Brasil realizou, no dia 28 de março, em São Paulo, o seminário Brasil "Diálogo pelo Desenvolvimento Econômico das Mulheres". Dezenas de fornecedores da rede, representantes de ONGs, executivos, autoridades públicas e profissionais de diversas áreas debateram propostas relativas ao tema. A ministra Iriny Lopes elogiou a iniciativa da rede Walmart Brasil. Além dela, também estavam presentes o economista Sérgio Besserman e o consultor da área de diversidade Reinaldo Bulgarelli. A rede

Combate à Fome.

"Podemos resumir que as portas estão abertas para as mulheres, como nunca estiveram em outros momentos. Porém, para quem não tinha sequer o direito ao voto, que só ocorreu em 1932, no Brasil, a mulher já acumula conquistas, mas, ainda tem muito espaço a ser ocupado", **Ideli Selvatti**, ministra da Pesca e Aquicultura.

"A redução da desigualdade de gênero entrou na agenda nacional, ao lado das muitas transformações sociais em curso no Brasil, nos últimos anos. O próprio governo Dilma é uma demonstração de que homens e mulheres podem e devem dividir a responsabilidade de governar o país. É um reconhecimento da sociedade de que o equilíbrio entre as participações feminina e masculina faz bem à democracia brasileira", **Miriam Belchior**, ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão.

"Quero, junto com a presidenta Dilma, declarar meu compromisso com a luta das mulheres que, simbolicamente, hoje ocupam o mais alto cargo da República. Mais do que isso, quero afirmar o compromisso da SEPPIR com as mulheres negras, sem as quais não teríamos chegado até aqui, com a dignidade que nos caracteriza apesar de tantos não", **Luíza Bairos**, ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial.

"Foi necessário que uma mulher chegasse à presidência para que outras fossem reconhecidas pelo seu talento político e administrativo", **Izabella Teixeira**, ministra de Meio Ambiente.

Centros de Referência I

No mês de março, a ministra Iriny Lopes participou da inauguração de dois Centros de Referência para a Mulher, em São Bernardo do Campo (SP) e em Juiz de Fora (MG). Em São Bernardo do Campo, a ministra elogiou a iniciativa do prefeito Luiz Marinho, ressaltando a importância do combate à violência doméstica e das políticas que promovam a autonomia econômica e social das mulheres. Segundo Iriny, o governo federal elegeu como foco prioritário à erradicação da miséria, que atinge as mulheres em sua maioria, principalmente as negras. "Para além do enfrentamento à violência, estamos investindo em ações que facilitem o ingresso das mulheres no mundo do trabalho e em condições igualitárias. O governo federal está investindo na construção e reforma de duas mil creches somente este ano; na ampliação dos restaurantes populares, lavanderias e cozinhas comunitárias. Também fizemos um acordo com a Caixa Econômica esta semana para viabilizar, com juros baixos, crédito para as mulheres empreendedoras, seja nos micro e pequenos empreendimentos, ou cooperativas. São projetos que dão as condições da mulher entrar no mercado em pé de igualdade com os homens", exemplificou a ministra. Luiz Marinho anunciou vários investimentos nessa linha, como a construção de seis novas creches (o convênio foi assinado em 24/3 com o governo federal), mais vagas no programa da SPM de autonomia na construção civil para as mulheres, além dos serviços do novo Centro de Referência, porta de entrada ao combate à violência, que contará com profissionais especializados, como assistentes sociais, psicólogas e apoio jurídico.

Centros de Referência II

Em Juiz de Fora, Iriny parabenizou a Prefeitura e especialmente o trabalho de Sônia Parma, coordenadora de Políticas para Mulheres de Juiz

Walmart anunciou, durante o encontro, que vai contratar as 120 mulheres formadas em São Bernardo do Campo pela capacitação do programa Autonomia na Construção Civil, da SPM em convênio com a prefeitura local.

Empreendedorismo feminino I

O evento "O Empreendedorismo e o Empoderamento de Mulheres Transformando Vidas e Comunidades", em celebração ao mês da mulher, promovido pela Caixa Econômica Federal, foi aberto ao som da música "Mulher", de Erasmo Carlos, cantada por Cássia Ávila e Gilberto Lopes. Na ocasião, foi assinado um protocolo de intenções para apoiar o empreendedorismo feminino e a geração de trabalho e renda por meio do Microcrédito Produtivo Orientado, entre a Caixa e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Estavam presentes à cerimônia, a ministra Iriny Lopes, a então presidenta da CAIXA, Maria Fernanda Ramos Coelho, e as ministras Luíza Bairos, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos.

Empreendedorismo feminino II

de Fora. "O governo federal está dando uma atenção especial às políticas de prevenção da violência contra a mulher e o Centro de Referência é um equipamento importante, porque reúne todos os serviços essenciais de apoio às mulheres vítimas de violência em Juiz de Fora e região", argumentou. Após a cerimônia, a ministra foi conhecer as instalações do espaço, acompanhada do vice-prefeito Eduardo de Freitas, da primeira-dama Mary Mattos, das coordenadoras Sônia Parma e Eliana Piola, da Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres, e da presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Sandra Magalhães. O Centro de Referência da Mulher fica na Rua Oswaldo Cruz 195, Centro. Ele está estruturado para atender cerca de 500 mulheres ao mês.



Troféu Cidadã

Antes da abertura de inaugurar o Centro de Referência de Juiz de Fora, a ministra participou da entrega do Troféu Cidadã, juntamente com o prefeito Custódio Mattos, a coordenadora de Políticas para Mulheres, Sônia Parma, e outras autoridades. Ele foi entregue a 15 nomes que se destacaram em suas atividades profissionais e sociais no ano de 2010. O município premiou ainda homens que se engajaram na luta das mulheres. Em seu discurso, Iriny afirmou que a democracia só será consolidada quando a população tiver igualdade de direitos, e que o fim das diferenças entre homens e mulheres exige tanto o trabalho do poder público quanto a mobilização da sociedade. A ministra acrescentou que a população deve estar atenta à reforma política, que está em debate no Congresso Nacional. "Somos 52% da população, mas não temos nem 10% de representatividade nos Legislativos. O Brasil deveria seguir o exemplo da Argentina, onde obrigatoriamente pelo menos 30% das cadeiras no Congresso são destinadas às mulheres. Na reforma política se for aprovada candidaturas por lista, penso que elas deveriam ter uma mulher e um homem, alternadamente, para tentarmos diminuir essas desigualdades também registradas nos espaços de poder e decisão", defendeu Iriny Lopes.



Conferência Estadual de Mulheres

Mais de 400 pessoas participaram da I Conferência Estadual de Mulheres da Apeoesp (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), no dia 26. Iriny destacou a iniciativa da Apeoesp nesta fase inicial, que acontece de 12 a 14 de dezembro em Brasília. "Estou impressionada com a organização do sindicato. A área da educação é fundamental no processo de conscientização da sociedade para eliminação de uma cultura machista, que que naturaliza a violência e enxerga a mulher como submissa. O Estado e a sociedade têm um papel nessa mudança de mentalidade em relação à mulher e a educação é um espaço que ajudará em muito nessa construção. Por isso, temos, em diálogo com o MEC, a meta de qualificar meio milhão de professoras e professores em formação para a diversidade", lembrou a ministra.



Mais uma

A advogada Delaíde Alves Miranda Arantes é a nova ministra do

Em seu discurso, o vice-presidente da Caixa, Édilo Valadares, falou sobre os empregados da empresa e as ações e programas voltados ao empoderamento da mulher, equidade de gênero e direitos humanos, como o Pró-Equidade de Gênero, da SPM, o Vira Vida, do Sesi, a emissão de CPF gratuito, o programa Jovem Aprendiz, entre outros. "A questão do empoderamento da mulher vem sendo discutida há anos na Caixa. Isso faz com que as mulheres estejam presentes em todas as áreas", disse. Também informou que 46% do total de empregados são mulheres e que 40% dos cargos gerenciais estão nas mãos das mulheres. A ministra Iriny abordou a importância da parceria da Caixa, da sua contribuição para o país e a atuação da presidenta Maria Fernanda, ao fazer menção à primeira presidenta da República do país. Também elogiou as ministras que compõem o governo. Destacou as conquistas das mulheres nos últimos anos, ao mencionar a campanha institucional da SPM em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, que tem o slogan: "Quando as mulheres transformam a sua história, o Brasil inteiro se transforma com elas". Ao encerrar o evento, a presidenta da Caixa disse que a empresa pensa nos

Tribunal Superior do Trabalho (TST). A posse ocorreu no dia 24, na sala de sessões do Tribunal Pleno, e contou com a participação da ministra Iriny Lopes, que na ocasião representava a presidenta Dilma Rousseff. Delaíde é ocupante da vaga destinada à advocacia e passa a integrar a 7ª Turma e a Subseção I, especializada em dissídios individuais, do TST. Com ela, a Corte trabalhista passa a contar com seis mulheres em seu quadro de magistrados. É o maior número entre os tribunais superiores: do total de 27 ministros, já atuam hoje, no TST, seis são mulheres: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, Maria de Assis Calsing, Kátia Magalhães Arruda e Dora Maria da Costa, além da juíza convocada Maria Doralice Novaes.



CNBB: apoio à Lei Maria da Penha I

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) manifestou apoio à Lei Maria da Penha, em nota distribuída no dia 22 de março. Para a CNBB, "são motivos de preocupação as interpretações restritivas e as tentativas de revisão dos artigos 16 e 41 da lei que diminuem sua eficácia e representam um significativo retrocesso na sua implementação e aplicabilidade". A nota afirma que as restrições à lei resultam em "menor punição aos agressores, aumento do arquivamento dos processos, o desestímulo das mulheres em denunciar e exigir prosseguimento das investigações". Essa manifestação pública é resultado do encontro entre a ministra Iriny Lopes e o Conselho da Pastoral da CNBB, no último dia 21. Na ocasião, Iriny explicou sobre a mobilização, realizada pela SPM em defesa da Lei Maria da Penha, denominada "Mexeu com a Lei, mexeu comigo". Diante de uma platéia composta por bispos e padres, Iriny iniciou sua fala dizendo que as mulheres do mundo todo são vítimas de diversas formas de violência (física, psicológica, moral ou patrimonial). "Os números da violência não são compatíveis com o Estado democrático de Direito e com uma sociedade civilizada", enfatizou. Também falou do que ocorre na prática. "Muitos juízes não estão aplicando a Lei Maria da Penha. Estão arbitrando a prestação de penas alternativas, como compra de cestas básicas", disse. Citou, ainda, o caso do juiz de Sete Lagoas (MG) Edilson Rumbelsperger, que foi reconduzido ao posto depois de ter sido afastado das suas funções por não aplicar a legislação e de denominá-la de um conjunto de "regras diabólicas".



CNBB: apoio à Lei Maria da Penha II

Para a ministra Iriny, a nota da CNBB é histórica, pois nela "os bispos do Brasil se manifestam contra a violência doméstica e em defesa das mulheres. É uma demonstração de que a sociedade não aceita mais a violência contra as mulheres e rejeita qualquer mudança na lei que pune com rigor os agressores". Segundo o Presidente da CNBB, Dom Geraldo Lyrio Rocha, "a lei recebeu grande apoio da sociedade e merece ampliar seu alcance, assegurando todos os mecanismos e instrumentos nela previstos de modo que todas as mulheres vítimas de violência tenham seus direitos e sua cidadania garantidos".

[Leia a íntegra da nota](#)



V Jornada da Lei Maria da Penha I

produtos com base no conceito da igualdade e da cidadania. Também elogiou as três ministras presentes, chamando-as de guerreiras.



Empreendedorismo feminino III

Protocolo de intenções Seu objetivo é garantir, por meio de microcrédito, a autonomia econômica das mulheres com condições de acesso ao crédito, de forma sustentável, e demais serviços financeiros que possibilitem o desenvolvimento de atividades empreendedoras que gerem emprego e ampliam a renda das famílias. As mulheres empreendedoras, que atuam nas diferentes regiões do país, poderão financiar suas atividades econômicas em até R\$ 15 mil, como sugere a Política Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, com taxas de juros que variam de 0,93% a 3,9% ao mês, num prazo que vai de 4 a 24 meses. O projeto vai atuar em municípios ou regiões que apresentem políticas ou ações voltadas para as mulheres, nas atividades empreendedoras, microempreendedoras, informais e formais, dialogando diretamente com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A intenção é ser um instrumento de



Foto: Elza Fiuza

A abertura da V Jornada da Lei Maria da Penha, que ocorreu no dia 22, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília, foi marcada pela assinatura de um Acordo de Cooperação entre a SPM, o CNJ, a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), o Ministério da Justiça e o Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Seu objetivo é promover a formação de servidores, gestores públicos e magistrados na temática de gênero e de violência contra as mulheres; incentivar e apoiar a criação e o fortalecimento dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e outros serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência; realizar encontros, campanhas e cursos multidisciplinares de capacitação de multiplicadores para a implantação da Lei Maria da Penha; participar de programas nacionais que visem à efetivação da Lei Maria da Penha e das ações previstas no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher; e instituir Grupo de Trabalho para adoção de medidas voltadas ao cumprimento de ações integradas de prevenção previstas na Lei Maria da Penha, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social, habitação, esportes e trabalho. Com o slogan "Violência doméstica não tem desculpa, tem lei", a jornada teve a finalidade de discutir políticas públicas do Poder Judiciário sobre o tema e ações integradas com outros órgãos que venham a coibir a violência contra a mulher. Além disso, buscou expor o quadro atualizado da instalação e do funcionamento dos juizados e varas especializadas.



apoio, uma vez que a sustentabilidade econômica das mulheres é considerada um dos fatores de sucesso para erradicação da miséria.

**Expediente:**

ASCOM/SPM

Jornalista responsável:

Gabriela do Vale (DF 2488JP)

Editoração: ASCOM/SPM

Telefone: (55 61) 3411-4214

spmimprensa@spmulheres.gov.br

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.

V Jornada da Lei Maria da Penha II

O evento contou com a participação da ministra Iriny Lopes, que na ocasião representava a presidenta Dilma Rousseff, da conselheira do CNJ, Morgana Richa, representando o presidente do órgão, Cezar Peluso, do ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, da biofarmacêutica Maria da Penha, cujo nome deu título à legislação, representantes da Enfam, da ONU Mulheres Brasil e Cone Sul, dentre outras autoridades. A conselheira Morgana Richa iniciou os trabalhos dizendo que "lamentavelmente a violência doméstica não é apenas um problema 'nosso', mas de muitos países. É considerada uma violação de direito humano que traz vários reflexos para a sociedade". Em seu discurso, a conselheira fez um comparativo entre a Lei 9.099/96 (Lei dos Juizados Especiais Criminais) e a Lei Maria da Penha (11.340/2006). Segundo ela, a Lei Maria da Penha e seus benefícios para a sociedade representam uma "emancipação civilizatória, o engrandecimento do nosso país". A ministra Iriny abriu seu discurso dizendo que a Maria da Penha não só doou seu nome à Lei, mas a sua história e militância. Falou sobre a mobilização feita pela SPM em defesa da Lei Maria da Penha, denominada "Mexeu com a Lei, mexeu comigo", e sobre a morosidade do Poder Judiciário para decretar as medidas protetivas de urgência. "Nesse tempo, muitas mulheres morrem", informou. Também lembrou da história de formulação da legislação até os dias de hoje, além de ressaltar

que essa lei é considerada, por parte da ONU, uma das três de maior relevância no mundo, pelo seu caráter social e de defesa de direitos humanos. A ministra chamou a atenção para o fato de a aplicabilidade da lei necessitar de integração entre Legislativo, Executivo e Judiciário. Ao encerrar, Iriny disse que "no mundo de igualdade, não há lugar para violência, moral, psicológica, bofetada e tiro". Em sua explanação, o ministro José Eduardo Cardoso disse que o combate à violência é um dos temas centrais do governo e que "a violência contra a mulher é uma prioridade dentro dessa prioridade". Segundo ele, é preciso ter um conjunto de informações precisas sobre a violência contra a mulher. "Temos que estruturar um sistema sobre violência, onde a violência doméstica será priorizada. Combater o preconceito e a violência não é simples. Recebemos, eu e Iriny, essa tarefa e vamos cumpri-la", informou.



Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -
Zona Cívica Administrativa
70150-900 Brasília DF
Telefone:: (61) 3411-4330 e 3411-4246
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br